

OS BENEFICIÁRIOS DO ESTADO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 05.10.1982

Recentemente um ministro acusou os empresários de viverem às custas do Estado. Irritados alguns responderam que não eram eles, mas o tecnoburocratas que viviam nessa condição. Esse episódio é significativo porque ajuda-nos a compreender a natureza do Estado Capitalista-Tecnoburocrático Autoritário implantado em 1964, e que ainda hoje, apesar de todas as suas rachaduras, continua a sobreviver.

Seria amável afirmar que nem o ministro nem os empresários têm razão. Mas o certo é que ambos têm razão, e razão de sobra. Não foi apenas a burguesia, nem foi apenas a tecnoburocracia que foi e continua sendo beneficiada pelo Estado Capitalista-Tecnoburocrático Autoritário: foram ambos; no passado recente, de forma brutal e generalizada, e hoje de maneira mais limitada, dada a própria crise fiscal do Estado.

O modelo econômico de subdesenvolvimento industrializado, estabelecido no Brasil desde meados dos anos cinquenta, não fez outra coisa senão concentrar renda em favor dos lucros da burguesia e dos ordenados da tecnoburocracia, enquanto os trabalhadores permaneciam marginalizados. A aliança capitalista-tecnoburocrática-multinacional de 1964 adequou o modelo econômico ao político. A burguesia viu re-assegurado seu papel de classe dominante, grande beneficiária do regime, mas a tecnoburocracia civil e militar, pública e privada, também recebeu vantagens consideráveis. Sua fração estatal, especialmente a militar, assumiu o papel dirigente em nome da burguesia.

Nesse quadro o Estado, dominado por essa aliança, passou a ser o instrumento privilegiado de apropriação do excedente por essas duas classes. Uma política salarial restritiva somada à ditadura sobre as oposições e os sindicatos garantiam o congelamento senão redução dos salários. Enquanto isto a produtividade aumentava, e o excedente comum gerado era totalmente apropriado pela burguesia e pela tecnoburocracia.

O papel do Estado, entretanto, não foi apenas arrochar salários, mas também estabelecer um sistema fiscal altamente regressiva, e em seguida, com as receitas advindas dos impostos, mais as receitas provenientes da emissão de moeda (outra forma de taxaço profundamente regressiva), e do estabelecimento de mecanismos de poupança forçada, subsidiar das mais diversas formas a acumulação de capital (segundo cálculos dos IPEA, cerca de 1/3 d acumulação privada de capital no Brasil no período do “milagre” foi constituída de subsídios fiscais, excluídos, portanto os subsídios creditícios), e garantir elevados ordenados para a tecnoburocracia estatal, compatíveis com os altos ordenados da tecnoburocracia privada.

Este mundo idílico para a burguesia e sua associada à tecnoburocracia terminou com o fim da expansão econômica acelerada. A partir de 1975 os trabalhadores, devido ao seu protesto, conseguiram estabilizar seus salários. Por outro lado a produtividade passou a crescer mais lentamente, dados os profundos desequilíbrios, especialmente ao nível de nossas contas externas, que levaram o governo a procurar conter o crescimento econômico.

Com a redução relativa do excedente disponível para capitalistas e tecnoburocratas o conflito entre eles acirrou-se. Agora, tanto do lado da burguesia quanto da tecnoburocracia, apenas alguns setores mais privilegiados conseguiam os favores do Estado. A grande maioria da burguesia e da tecnoburocracia, como os trabalhadores, deixava de se beneficiar das políticas autoritárias do Estado.

A burguesia, ou os empresários como eles próprios preferem ser chamados, diante desse fato começou a romper sua aliança política com a tecnoburocracia estatal, decorrendo daí o processo de abertura política. Em 1977, após o pacote de abril, define-se informalmente um pacto social democrático, que procurava aliar os setores democráticos (agora majoritários) da burguesia e da tecnoburocracia com os trabalhadores em torno de três idéias: democracia, redistribuição moderada de renda e manutenção do capitalismo.

Este novo pacto não apenas implicou no rompimento parcial da aliança capitalista-tecnoburocrática, mas também em uma divisão da burguesia e da tecnoburocracia. No seio da primeira continuavam interessados no regime autoritário os representantes do capital especulativo, os realizadores de grandes “negócios” geralmente apoiados pelo Governo autoritário; no seio da tecnoburocracia, permaneceu fiel ao regime autoritário

apenas o seu setor estatal de cúpula, militar e civil, mais comprometido com o próprio Governo. A massa da tecnoburocracia, que não é necessariamente autoritário, nem recebe altos ordenados, constituindo-se na classe média organizacional, deixou maciçamente de solidarizar-se do regime, o mesmo acontece com a burguesia produtiva, que extrai excedente principalmente através do mecanismo da mais-valia, nos quadros do mercado, e não através de processos de acumulação primitiva com o apoio do Estado.

Em consequência da redução relativa do excedente disponível, e do rompimento por parte da burguesia da sua aliança com a tecnoburocracia estatal, esta viu seu poder reduzido, enquanto aumentava o poder da burguesia produtiva. A redução de poder da tecnoburocracia e a consequente pressão sobre seus ordenados não se faz esperar. A atual lei salarial, as limitações aos ordenados da tecnoburocracia estatal, a crítica de suas mordomias, o imposto de renda que cai cada vez mais sobre a tecnoburocracia são sinais dessa mudança.

Hoje continuam a se aproveitar do Estado (e, portanto da sociedade, de onde provém os recursos do Estado), apenas um círculo reduzido de capitalistas especuladores de altos tecnoburocratas estatais. A perda de legitimidade do Estado-Capitalista-Tecnoburocrático Autoritário perante a grande maioria da burguesia e da tecnoburocracia é consequência desse fato.

Na verdade, a partir de 1975 o próprio modelo econômico brasileiro começa a mudar, seja, de um lado, devido às pressões políticas dos trabalhadores, seja devido à crise mundial do capitalismo e ao endividamento externo do Brasil. Se essa mudança aponta no sentido de um novo modelo econômico menos concentrador de renda, aponta também para um novo regime político que o pacto social democrático de 1977 não teve tempo e condições para viabilizar nas eleições de 1978 mas que provavelmente o fará nas eleições de 1982, com a vitória das oposições. Nesse momento a aliança capitalista-tecnoburocrática terá que ser definitivamente reformulada, não só abrindo-se mais no próprio seio dessas duas classes, mas também dando espaço efetivo para a participação dos trabalhadores. (05/10)